



Os frutos do crescimento: Reformas econômicas e menos desigualdade



[Christine Lagarde](#)

26 de janeiro de 2017

O crescimento é essencial para melhorar a vida das pessoas nos países de baixa renda, e deve beneficiar todos os segmentos da sociedade.

Viajando pela África nos últimos dias, tenho testemunhado uma vitalidade admirável: empresas nascentes investindo no futuro, novas infraestruturas em construção e uma classe média cada vez maior. Muitos africanos têm agora uma vida melhor, e menos pessoas sofrem com a pobreza. Uganda, por exemplo, meu atual anfitrião, reduziu a sua taxa de pobreza absoluta em mais da metade, de quase 90% em 1990 para 35%.

Mas também temos visto o outro lado da moeda. A pobreza, claro, mas também a desigualdade, ainda está em níveis persistentemente elevados na maioria dos países em desenvolvimento, inclusive na África, e muitas vezes as conquistas não são compartilhadas por todos.

No trabalho com os nossos países membros, assim como nos nossos [estudos](#), aprendemos que compartilhar os frutos do crescimento — o que chamamos de [inclusão](#) — é fundamental para atingir o crescimento econômico sustentável. Todos os segmentos da sociedade devem sentir que têm a oportunidade de alcançar uma vida melhor.

A nova [análise do corpo técnico](#) do FMI, publicada hoje, revela os diversos canais pelos quais reformas basilares que promovem o crescimento (por exemplo, na agricultura, no setor financeiro e no investimento público) às vezes podem ampliar a desigualdade nos países de renda mais baixa. Esse estudo também ilustra como medidas adicionais podem mitigar esse conflito entre crescimento e igualdade.

A conclusão é a seguinte: primeiro, políticas favoráveis ao crescimento só podem ser verdadeiramente inclusivas se forem concebidas com especial atenção aos detalhes sobre quem perde e quem ganha. Segundo, medidas bem direcionadas podem assegurar que reformas econômicas essenciais resultem em ganhos para todos — e ajudam a justificar a realização de reformas.

Quem perde e quem ganha

Elevar o crescimento e reduzir a desigualdade são tarefas especialmente difíceis em países onde os trabalhadores não conseguem se deslocar com facilidade e onde há diferenças expressivas em termos de produtividade entre os serviços, a indústria e a agricultura. Uma grande economia informal, uma infraestrutura deficiente e a falta de serviços financeiros dificultam ainda mais essa tarefa. Mas é essa a realidade que muitos dos países membros do FMI mais pobres costumam enfrentar.

Na África Subsaariana, por exemplo, o custo de mudar da zona rural para a zona urbana é mais do que o dobro do custo na China. Somente um terço das famílias subsaarianas tem energia elétrica, em

comparação com 85% no resto do mundo. E, nos países de baixa renda, apenas 20% da população adulta tem conta bancária, frente a mais de 80% no resto do mundo.

Essas barreiras impedem a realização bem-sucedida de reformas equitativas. O desenvolvimento da infraestrutura e as reformas do setor financeiro são exemplos ilustrativos.

Gastos maiores e mais eficientes em estradas, aeroportos, redes de distribuição de energia e educação ajudam a economia a crescer de forma mais produtiva e tornam mais fácil para as pessoas se deslocarem do campo para as cidades. Mas o investimento em infraestrutura também pode aumentar a desigualdade se alguns setores da economia se tornarem mais competitivos do que outros, sobretudo se a mobilidade da mão de obra for limitada.

Algo semelhante ocorre no caso das reformas do setor financeiro. Do lado positivo, essas reformas poderiam reduzir o custo dos empréstimos, o que estimularia o investimento privado e impulsionaria o crescimento. Contudo, se não forem profundas o suficiente, talvez não ajudem os segmentos mais pobres da população a obter acesso ao crédito e aos serviços financeiros.

Como alcançar o crescimento vigoroso e inclusivo

Então, o que pode ser feito? A resposta não é o governo protelar as reformas que aumentam a produtividade e o crescimento. Antes, as autoridades devem estudar opções que tornem essas reformas mais palatáveis, tanto do ponto de vista do crescimento como da distribuição.

Com isso em mente, o estudo do nosso corpo técnico examina uma série de casos de países e analisa como medidas bem direcionadas podem complementar as reformas e neutralizar os impactos distributivos adversos.

Por exemplo, se o Malauí considerasse a possibilidade de reduzir os subsídios à produção de milho para elevar a produtividade no setor agrícola, transferências de renda direcionadas às famílias afetadas ajudariam a oferecer apoio imediato aos agricultores que viessem a ser prejudicados por essa medida. Essa abordagem tem sido aplicada com sucesso na redução da pobreza e desigualdade em países como a Etiópia, que conta com um dos maiores programas de transferência social na África.

De maneira análoga, com respeito à reforma do setor financeiro, se a Etiópia decidisse aumentar o crédito ao setor privado para promover a indústria manufatureira e impulsionar o crescimento e o emprego, poderia complementar essa política melhorando o acesso da população rural aos serviços financeiros e aumentando a mobilidade da mão de obra — com transporte mais acessível entre as áreas rurais e urbanas, moradia urbana a um custo acessível e capacitação — o que ajudaria a reduzir a desigualdade entre os setores. Assim, os trabalhadores rurais conseguiriam encontrar empregos mais bem remunerados em setores mais modernos e competitivos, como a indústria manufatureira e os serviços.

Os governos também podem direcionar os investimentos para melhorar a produtividade em setores desfavorecidos e até equilibrar o impacto de outras reformas. Em Mianmar, por exemplo, onde metade da força de trabalho está na agricultura, o investimento em eletrificação, irrigação e pesquisa e desenvolvimento para a melhoria das variedades de sementes poderia aumentar sensivelmente a produtividade agrícola.

Não resta dúvida de que os governos enfrentarão desafios para formar um consenso em torno de políticas arrojadas para impulsionar o crescimento. O FMI continuará a trabalhar com eles, defendendo reformas que produzam frutos compartilhados por todos.

Christine Lagarde é Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional, cargo para o qual foi nomeada em julho de 2011. Cidadã francesa, foi Ministra da Economia da França a partir de junho de 2007, tendo servido também como Ministra do Comércio Exterior do país durante dois anos.

A Sra. Lagarde teve igualmente uma longa e destacada carreira como advogada especializada em direito trabalhista e concorrência. Foi sócia do escritório de advocacia internacional Baker & McKenzie, onde foi eleita Presidente em outubro de 1999. Ocupou o cargo máximo desse escritório de advocacia até 2005, quando foi nomeada para o seu primeiro cargo ministerial na França. Formou-se no Instituto de Estudos Políticos (IEP) e na Faculdade de Direito da Universidade de Paris X, onde lecionou até ingressar no Baker & McKenzie em 1981.